

Sobre tradução e terminologia das ciências sociais e humanas: quando a cultura encontra a “cultura”

Rita Elena Melian Zamora

melzam19@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas

Resumo:

Quando se fala em tradução de textos científicos e técnicos, o debate parece se concentrar na importância da precisão de conceitos e termos, e na forma como o uso das ferramentas computacionais permitem extrair e analisar o funcionamento das unidades terminológicas no discurso científico. No caso da terminologia bilingue ou multilingue, tais procedimentos permitiriam chegar a equivalências para uma “eficiente” comunicação intercultural. Contudo, permanecem ainda algumas questões que consideramos relevantes e parecem ficar à margem nos estudos sobre tradução científica e terminologia: podemos pensar os processos normativos (ou mesmo descritivos) da terminologia como processos passivos e livres de contradições, ignorando fatores culturais, de hegemonia linguística, acadêmica e de ideologia que circulam nos diálogos científicos? A normalização seria capaz de lidar com as possibilidades de equívoco? Nesse sentido, fazemos uma interface com a antropologia para pensar os processos de tradução das denominadas ciências sociais e humanas, e as possíveis transformações que ocorrem quando se traduz nesses espaços.

Palabras-clave: tradução, *traductio*, terminologia, antropologia, equivalências, equívocos.

Sobre traducción y terminología de las ciencias sociales y humanas: cuando la cultura encuentra la “cultura”

Resumen:

Quando se habla de traducción de textos científicos y técnicos, el debate parece concentrarse en la importancia de la precisión de conceptos y términos, y en la forma en que el uso de las herramientas computacionales permiten extraer y analizar el funcionamiento de las unidades terminológicas en el discurso científico. En el caso de la terminología bilingüe o multilingüe, tales procedimientos permitirían llegar a equivalencias para una “eficiente” comunicación intercultural. Sin embargo, permanecen todavía algunas cuestiones que consideramos relevantes y que parecen quedar al margen en los estudios sobre traducción científica y terminología: ¿podemos pensar los procesos normativos o hasta descriptivos de la terminología como procesos pasivos y libres de contradicciones, ignorando factores culturales, de hegemonía lingüística, académica y de ideología que circulan en los diálogos científicos? ¿La normalización sería capaz de lidiar con las posibilidades de equívoco? En ese sentido, realizamos una interfaz con la antropología para pensar los procesos de traducción de las denominadas ciencias sociales y humanas, y las posibles transformaciones que ocurren cuando se traduce en esos espacios.

Palabras clave: traducción, *traductio*, terminología, antropología, equivalencias, equívocos.

On translation and terminology of social sciences and humanities: when culture encounters “culture”

Abstract:

When the matter of the translation of scientific and technical texts is brought up in the context of Translation, the debate seems to focus on the importance of a precise use of concepts and terms, and on the way in which computer tools make it possible for the translator to extract terminological units in scientific discourse and analyze the way they work. In the case of bilingual or multilingual terminology, these procedures would make it possible to achieve

equivalence and “efficient” intercultural communication. Nevertheless, there are still some questions which we consider relevant and that remain left on the margins in discourses about scientific translation and terminology: is it possible to think of normative (or even descriptive) terminological processes as passive and free from contradictions, ignoring cultural factors, and questions related to linguistic, academic, and ideological hegemonies, which are prevalent in scientific communities? Is normalization able to deal with possibilities of equivocations? Thus, we propose an articulation with anthropology, in order to reflect on the processes of translation in the so-called social sciences and humanities, as well as the possible transformations that occur when translation takes place in these contexts.

Keywords: translation, *transductio*, terminology, anthropology, equivalents, equivocations.

Sur la traduction et la terminologie des sciences sociales et humaines : lorsque la culture rencontre la «culture»

Résumé :

Le débat, quand on parle de la traduction de textes scientifiques et techniques, semble se concentrer tant sur l'importance de la précision des concepts et des termes que sur la façon dont nous utilisons des outils informatiques permettant d'extraire et d'analyser le fonctionnement des unités terminologiques dans le discours scientifique. Dans le cas de la terminologie bilingue ou multilingue, ces procédures permettraient de parvenir à des équivalences qui donnent lieu à une communication interculturelle « efficiente ». Toutefois, nous trouvons des questions considérées comme pertinentes qui sont, selon tout apparence, laissées de côté dans les études de traduction et de terminologie scientifique : pouvons-nous penser les processus normatifs ou même les processus descriptifs de la terminologie comme passifs et libres des contradictions ? Pouvons-nous ignorer des facteurs culturels, d'hégémonie linguistique, académiques et idéologiques qui circulent dans les discours scientifiques? Est-ce que la normalisation élimine toute possibilité d'équivoques? En ce sens, nous avons établi une relation avec l'anthropologie pour penser les processus de traduction des sciences sociales et les éventuels changements qui se produisent lorsqu'on traduit dans ce domaine.

Mots-clés: traduction, *transductio*, terminologie, anthropologie, équivalent, équivoque.

Estrutura do artigo

Na introdução do presente trabalho expomos os principais elementos motivadores e interesses de pesquisa, centrando-nos naquilo que capta a nossa atenção sobre a tradução e a terminologia dos textos das ciências sociais e humanas. Segue uma primeira seção em que abordamos brevemente o panorama atual de pesquisas em Terminologia e Terminografia, e destacamos algumas das abordagens atuais que se contrapõem à abordagem tradicional. A segunda seção esboça brevemente algumas críticas à noção de *contexto* como aspecto que justifica a variabilidade conceitual na Terminologia, contrapondo alguns questionamentos, vindos principalmente da Antropologia. A terceira seção trata algumas especificidades que diferenciam a tradução e a terminologia das *soft sciences*, chamando a atenção para a necessidade de levar as análises além da Linguística. Chegando à quarta seção, parte central deste artigo, nos concentramos na noção de *cultura*, sua complexidade conceitual e incomensurabilidade – principalmente quando olhamos para línguas ‘menores’ – problematizando-a a partir de noções da antropologia, como é o caso do *equivoco controlado* de Eduardo Viveiros de Castro; trazemos um exemplo para ilustrar essa problematização: “cultura” (com aspas) da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, fazendo referência às noções de *intertextualização* e *comunicabilidade*, de Charles Briggs, para mostrar como o significado se define muito além do *contexto*, trazendo luz para questões de ideologia, política e poder na comunicação. Na última seção apresentamos as reflexões finais e propostas teóricas que acreditamos

devam ser consideradas nas pesquisas em Terminologia e Tradução de conhecimentos das ciências sociais e humanas; introduzimos a noção de uma terminologia menor, fazendo uma abertura para o pensamento de Gilles Deleuze, Michel Foucault e Barbara Cassin, e destacamos a relevância da noção de *traductio* para pensar mais criticamente o traduzir.

1. Introdução

A tradução de textos das ciências sociais tem recebido pouca atenção das teorias de tradução e também não parecem ser uma prioridade dos estudos terminológicos – um campo responsável pelo estudo dos termos, dos conceitos e de seu uso nos textos reconhecidos como científicos e/ou técnicos. Uma possível razão para essa carência pode ser o fato de as ciências sociais – com a sua pluralidade de epistemologias e interesse em noções mais abstratas e subjetivas em relação ao homem, suas histórias, etnicidades, sociedades e culturas – construírem narrativas que com frequência beiram a escrita literária, podendo mesmo com ela se confundir.

É o caso, por exemplo, de *Shakespeare in the Bush* (1966), uma narrativa antropológica com traços ficcionais, escrita pela antropóloga americana Laura Bohannan, e até hoje usada nos cursos de introdução à antropologia como um estudo de caso que põe em cena um trabalho de campo, cultura e língua. Na narrativa, publicada na revista *Natural History*, a autora relata a sua aparentemente frustrada tentativa de querer demonstrar, durante um estudo em território Tiv, na África Ocidental, que uma tragédia como a de Hamlet poderia ser universalmente compreendida.

No que diz respeito à tradução, além de considerar os desafios referentes à natureza híbrida dessa narrativa (um relato literário de uma experiência de campo através da evocação de uma obra da literatura universal) –que levariam o tradutor a buscar a precisão da terminologia lado a lado com sentidos conotativos e padrões estéticos–, o ensaio convoca uma reflexão sobre os processos tradutórios de uma forma mais abrangente, pois os contratempos narrativos da história são um convite a pensar as formas como construímos a alteridade e o inevitável etnocentrismo em relação às nossas concepções de mundo e de realidade, com base no fato de uma antropóloga poder imaginar, mesmo que por um momento, que Shakespeare pudesse ser o mesmo para todos. Acreditar nessa compreensão universal, como afirmam Lenita Esteves e Francis Aubert, pesquisadores e tradutores, seria um pensamento resultado de *uma cegueira, de uma incapacidade de ver o outro como outro* (2008, p. 136).

Tais questionamentos, convocados pela narrativa mencionada, resultam em uma forma conveniente de ilustrar uma das inquietações que levaram à escrita deste trabalho: problematizar questões de terminologia e tradução de conhecimentos e narrativas antropológicas; narrativas que contam sobre o outro –aquele que temos decidido chamar de outro, muitas vezes sem contar *com* esse outro, com a forma como ele se contaria, se pudesse. Além disso, a narrativa tem sua cientificidade posta à prova pelos autores da tradução, que veem no trabalho da antropóloga uma forma de “protesto” de *uma estudiosa que não estava muito satisfeita com o modo de fazer ciência em sua época* (p. 140). Interessa também a este trabalho essa leitura dos tradutores, na medida em que, não podendo decidir entre considerar a antropóloga

“ingênua ou confusa”, fazem de seu artigo uma forma de protesto¹ que expõe a antropologia como um tipo de conhecimento científico cujos conceitos e teorizações estão imbricados necessariamente nas histórias e línguas em que surgem.

O tipo de ciência ou de campos científicos que queremos problematizar não se limitam ao texto escrito –ou seja, à tradução propriamente dita, na clássica tipologia jakobsoniana– mas tradução em um sentido mais amplo: pensando todo ato de comunicação como ato de tradução, assim como Steiner (2005) sugere e, a partir dessa perspectiva, fazer perguntas do tipo: como traduzimos e quem escutamos nesses processos de tradução? O conhecimento nos processos tradutórios, (como) se transforma?

Interessa-nos saber se essa transformação (não) se dá, não precisamente devido a alguma forma de intraduzibilidade que diz respeito à ausência de determinado termo em uma cultura para expressar determinada noção, fonte de amplas discussões, especialmente pontuadas em trabalhos como os de Eugene Nida, que propõe a equivalência funcional e dinâmica no seu projeto de tradução da Bíblia, ou a intraduzibilidade que David Bellos aborda com muita perspicácia em *Is that a Fish in your Ear?* O que mais nos interessa é abordar aquelas palavras que já temos e que tão facilmente traduzimos graças a sua *transparência* –a equivalência parece tão evidente que poucas vezes paramos para pensar nas conotações subjacentes. O que equivalentes como *nação, nación, nation*; *ciência, ciencia, science, Wissenschaft*; *cultura, cultura, culture, Kulture* (tomando os exemplos de palavras abordadas em Ortiz 2008) e sua fácil permutação diz sobre a nossa concepção de tradução de conhecimentos sociológicos, antropológicos, históricos...?

E se falamos em termos e conceitos ou sistemas de conceitos, somos levados a falar sobre Terminologia, um campo de pesquisa cujo propósito é estudar os conceitos e respectivos termos considerados: em seu funcionamento social e pertença a áreas da experiência humana, para sua compilação, descrição, e em sua vertente bilíngue ou multilíngue, para estabelecer equivalências de modo a contribuir com a tradução especializada nos diversos campos do conhecimento. Mas qual é o panorama dos atuais estudos em terminologia?

2. O que encontramos maioritariamente hoje nas pesquisas em Terminologia?

- Elaboração de dicionários e ferramentas monolíngues/multilíngues para dar suporte à comunicação especializada:

Quando se fala em pesquisa terminológica, o que se tem em mente é um tipo de pesquisa que se concentra fundamentalmente na elaboração de dicionários, glossários,

¹ A etimologia de *protesto/protestar* remete ao latim *protestari*, de *pro-* ‘ante’, ‘antes’ + *testari* ‘dar testemunho’, de *testis*, ‘testemunha’. O sentido de rejeição ou discordância surge em referência aos movimentos pelos Direitos civis, nos EUA, em 1959. Cf. *Online Etymology Dictionary*, disponível em http://www.etymonline.com/index.php?allowed_in_frame=0&search=protest&searchmode=none

recursos monolíngues, bilíngues ou multilíngues, para, entre outros propósitos, dar assistência à comunicação científica ou especializada e à sua tradução.

- Ferramentas de extração de termos e a linguística de corpus:

Um dos focos da terminologia é o cada vez mais recorrente uso das ferramentas tecnológicas (em associação com a linguística de corpus) para propiciar uma descrição cada vez mais exata e representativa da terminologia de um determinado campo do conhecimento, e poder estabelecer com mais ‘precisão’ as chamadas equivalências linguísticas ou terminológicas [mesmo que esses objetivos deixem sempre a desejar]². Nesse contexto, e pensando no trabalho de tradução especializada, a autonomia do tradutor se restringe ao espaço da passagem de uma língua para outra, e as suas competências profissionais se medem a partir da sua capacidade de tomar a decisão terminológica final. Nesse sentido, a máquina não traduz, mas faz o que em inglês chamaríamos de *matching* de palavras ou frases (correspondências que são categorizadas em completas ou parciais) entre textos com as “melhores” traduções existentes – e “melhor” se traduz aqui como a palavra ou frase mais frequentemente encontrada no imenso corpus que compilamos da *world wide web* ou que armazenamos nas denominadas memórias de tradução.

- Foco nas ciências “duras”:

Por outro lado, os estudos sobre terminologia das ciências continuam concentrando a sua pesquisa teórica e aplicada quase totalmente em áreas do conhecimento que chamaríamos de “exatas”, *hard* (ing) ou *Naturwissenschaften* (al), ou aquelas áreas com um objeto de estudo, digamos, mais concreto ou objetivo, e nas quais talvez seja mais óbvia a desejada univocidade da relação conceito-termo e a busca da equivalência [na maioria dos casos assumida desde o começo da pesquisa], e que por isso não teriam, em teoria, implicações ideológicas, sociais e culturais, sem esquecermos que essa univocidade também tem uma relação com o consenso sobre a “melhor” nomenclatura para esse objeto, e que não é senão o resultado de históricos processos de releituras e apropriações, em que grupos de poder (academia, imprensa, grupos ou comunidades científicas, etc.) legitimam suas interpretações e conceitualizações – sempre contingentes – sobre o mundo.

Essa tendência de estudo de áreas mais objetivas pode ser constatada, apenas para apresentar alguns exemplos, ao olharmos para o panorama de pesquisas em Terminologia no Brasil, se tomamos como referência duas das publicações mais relevantes no país nas áreas de Tradução e Terminologia: os *Cadernos de Terminologia e Tradução* e a revista *TradTerm*, ambas da Universidade de São Paulo. Fazendo uma pesquisa nos volumes dessas duas publicações nos últimos dez anos (2005-2015), constatamos que existe um predomínio de pesquisas principalmente

² Sobre o uso das ferramentas de análise e processamento de textos para a Terminologia e a Tradução, encontramos críticas pertinentes nos artigos de Érika N. Stupiello, que aborda questões éticas no uso das ferramentas de tradução (2012) e alerta sobre o impacto ou efeito do uso “às cegas” dos sistemas de memórias de tradução, fazendo uma análise estatística e contrastiva de traduções de textos comerciais (2015).

em duas grandes áreas: na terminologia da área médica (encontramos sete artigos que abordam, entre outras questões, a terminologia na mídia do programa Mais Médicos, a terminologia em seriados médicos; terminologia da Cardiologia; a variação denominativa na terminologia médica relacionada com a gripe AH1N1, a terminologia da Periodontia; questões de terminologia em *Medicina Brasiliensi*, de Guilherme Piso; terminologia de saúde suplementar). E quase com a mesma quantidade de trabalhos encontramos as pesquisas sobre terminologia jurídica, e dentro dela, principalmente, um interesse pelas marcas culturais que podem representar um desafio para o estabelecimento de equivalências e tradução (alguns temas pesquisados incluem leis sobre divórcio no Brasil e na França; terminologia jurídico-policial: termos em textos-base; textos especializados juramentados em português e francês; terminologia jurídico-policial empregada pela polícia civil no Rio Grande do Sul; tradução juramentada de documentos suíços; Direito Contratual; vocabulário sistemático do Código Penal brasileiro; Termos jurídicos japonês-português). Outras áreas pesquisadas nas referidas publicações incluem a terminologia do Meio Ambiente, da Economia, da Astronomia, Ciência da Informação, Culinária, Ciência da Computação e Física³.

De maneira global, constata-se que se trata de uma pesquisa altamente ancorada na linguística, em seus métodos e metodologias de pesquisa e na forma de enxergar a língua(gem). A maioria dos estudos, embora se autoproclamem descritivos [afirmando fugir da abordagem prescritiva que de fato deu origem a essa ciência nos anos trinta nos círculos acadêmicos da Escola de Viena] não deixam de ser, usando termos de Briggs (2014), estudos “prescritivos mascarados”, já que neles se esconde uma “dependência secreta” e uma “cumplicidade com instituições prescritivas” (p.26). No final, não há descrição sem prescrição⁴.

Apesar dessa concentração nas áreas mais exatas, também encontramos esporadicamente publicações que buscam ampliar o debate tocando aspectos que de certa forma encontram um ponto de contato com este artigo. É o caso de Gomes & Ferreira (2014), com a proposta de um dicionário bilíngue Português-Mundurukú na área do magistério, que enfatiza a questão da não equivalência entre a língua indígena e o português, condicionada pelas marcas sociais e culturais das línguas, e destaca a necessidade de reconhecer *a visão de mundo de cada povo*, e como ela *deve ser considerada necessária e responsabilmente na construção das definições de termos* (p. 360). O artigo se vale do conceito de etnoterminologia, conforme abordado por Costa & Gomes (2011, 2013) e Barbosa (2006, 2009), e se refere ao estudo dos *discursos etno-literários, como os de literatura oral, literatura popular, literatura de cordel, fábulas, lendas, mitos, folclore e os discursos das linguagens especiais com baixo grau de tecnicidade e de cientificidade* (Barbosa, 2009, p. 1).

³ As publicações podem ser acessadas nos links: <http://www.revistas.usp.br/tradterm> e <http://citrat.fflch.usp.br/publicacoes/caderno2>

⁴ Embora se possa afirmar que, com certo enfraquecimento da postura cientificista nas Ciências Humanas, a prescrição tenha cedido à descrição, não custa lembrar o que afirma Bourdieu em *A Economia das Trocas Simbólicas* sobre o poder das palavras e como elas sempre fazem as duas coisas (descrição e prescrição), porque ao descrever também produzem e reforçam simbolicamente aspectos que privilegiam, ao mesmo tempo em que ignoram outros.

2.1. Abordagens alternativas à Terminologia tradicional

Além da Enoterminologia acima citada, as teorias mais recentes no campo da Terminologia, resultado das pesquisas realizadas no marco das alternativas à abordagem tradicional –Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1998, 2005, 2015) e Socioterminologia (Gaudin, 1993; Temmerman, 2000, 2014)–, dão maior atenção a fenômenos de linguagem que por muito tempo foram excluídos das análises, voltando-se, por exemplo, para a funcionalidade da indeterminação, ambiguidades, polissemia, sinonímia, metáfora e fraseologia (Temmerman, 2014). Buscando um afastamento das posições estruturalistas, Temmerman traz relevantes contribuições, tirando dos bastidores os aspectos sociais e trazendo-os para contracenar com os aspectos cognitivos, aos quais sempre cabe o papel principal na prática e na teoria da terminologia. A autora rejeita as abordagens onomasiológicas e qualquer definição tradicional de conceitos e afirma que deveríamos começar as análises não por conceitos, mas por “*unidades de compreensão*” (*units of understanding*), analisadas com base em contextos e situações de uso.

3. O contexto como justificativa: por que não é suficiente?

No entanto, chamamos a atenção aqui para a forma como o contexto – como base para operar com variações de significado e terminologia – é uma noção que limita a compreensão, com altas implicações para as análises e traduções das narrativas da pesquisa sociológica. Reconhecemos que o contexto é um aspecto importante do conhecimento e da compreensão, mas é preciso ainda que ele se mostre em toda a sua complexidade. Embora a compreensão e a comunicação aconteçam, sim, em contextos específicos, não é só deles que a comunicação depende. Não podemos esquecer que estamos imersos em estruturas de poder e políticas que, de antemão, exercem controle. Portanto, qualquer conceito – *conceito*, *compreensão* e até *contexto* – deve ser cuidadosamente analisado e problematizado em todo contexto possível.

Assim nos lembra o acadêmico literário Anders Johansson, em *The Social Politics of Research Collaboration* (2013, pp. 98-114), que se engaja em uma reflexão sobre poder, formas normalizadas de expressão, pensamento, e contexto que resulta bastante atraente. De forma geral, o autor defende a ideia de que afirmar que algo depende do contexto também implica aceitar a incompreensão ou a intraduzibilidade; isto é, só seria possível entendermos se estivéssemos dentro de um contexto comum, dentro de um mesmo paradigma, dentro de uma “cultura”. Notemos que uma posição que assuma o contexto como fator determinante não faz senão legitimar a não escuta do outro, o ignorar de sua perspectiva de análise, a natureza excludente das áreas e das especializações e, portanto, o movimento entre perspectivas diferentes (Johansson, 2013).

Assim, o referido autor defende a ideia de pensar o conhecimento, assim como as identidades e o pertencimento, como situados, contextualizados, mas também como não-situados, lembrando-nos do que afirma Jacques Derrida ao reformular o que para ele significa pertencer a uma língua: *one is always situated in a language*

(*context, discipline, tradition...*)/ *One is never situated in a language (context, discipline, tradition...)* (Derrida, 1998, p. 8 em Johannson, 2013, p. 114).

Por outro lado, e para complementar essa reflexão sobre contexto, Bauman e Briggs (1990), em uma análise crítica das narrativas nas pesquisas etnográficas – que não deixam de ser mais uma forma de tradução –, chamam a atenção para o modo como as definições positivistas contribuem para construir o contexto como uma série de condições externas ao discurso; condições que existiriam antes e independentemente da *performance*, e que, portanto, adotar o “contexto” como justificativa ou forma de análise leva a *inclusão e falsa objetividade* (Bauman e Briggs, 1990, pp. 67-68).

Para evitar a *reificação do contexto*, Briggs se desloca para uma noção mais dinâmica de contexto, de forma a mostrar como os textos podem ser e de fato são constantemente *decontextualizados, entextualizados e recontextualizados* (construídos) em uma negociação pelos participantes na interação (Bauman e Briggs, 1990, p. 69). A proposta de sair de uma visão fixa de contexto resulta bastante atraente para pensar os processos tradutórios das ciências sociais e sua terminologia, pois ela permite evidenciar aspectos sociais, culturais e de poder imbricados na constituição de textos, assim como a natureza construída das histórias e das relações dialógicas (pp. 76-80) – entre nós e o que nós traduzimos do outro (sempre ou quase sempre o outro é colocado nos nossos termos, nos termos da nossa cultura) – e a forma como é exercido o poder nesses diálogos, transformando o discurso. Perceber esses movimentos é importante para o pesquisador, para o etnógrafo, para o tradutor, pois a pesquisa se torna mais reflexiva em relação a quem são eles em relação às pessoas cujas histórias eles contam, traduzem...

4. O que diferencia a tradução e terminologia das ‘soft sciences’ e por que é importante situar as análises em um escopo além da linguística.

Os textos referentes ao conhecimento científico dos campos sociais, históricos, antropológicos não são prioridade nas teorizações ou nas práticas da Terminologia, assim como também as línguas menores não parecem entrar nas principais pesquisas dessa ciência.

No entanto, para a tradução, o campo das ciências sociais e os seus conceitos colocam desafios muitas vezes ignorados ou não reconhecidos, e que estão condicionados fundamentalmente pela diversa e variável significação em relação ao homem e suas línguas: *tribos, aldeias, estados, comunidades, cidades, nações* – um grupo de palavras que todos conhecemos, mas cuja conceitualização ou tradução provocam grandes controvérsias, uma vez que a articulação do conhecimento sociológico e a terminologia permanecem contingentes nas condições conceituais e sociais da sua própria produção histórica e cultural.

O sociólogo Renato Ortiz (2008), que tem dedicado uma parte da sua obra à reflexão sobre a escrita e a tradução de textos das *soft sciences*, afirma que, diferente das ciências exatas, em que observação e objetividade permitem criar leis científicas, falseáveis, mensuráveis, o objeto de estudo das ciências históricas, antropológicas, políticas etc. é socialmente construído, de diferente natureza, difícil de apreender e delimitar, marcado

ou criado a partir do ponto de vista do pesquisador, da sua cultura, ideologia e posição no mundo. Muitas vezes, parece existir uma ambivalência que impossibilita reduzir os termos a uma simples conceitualização.

Um outro aspecto para olharmos e analisarmos mais criticamente a escrita e a tradução do conhecimento de campos desses espaços científicos – embora não seja o foco principal de discussão neste artigo e cuja análise mereceria um outro trabalho – é a língua de escrita e de publicação, um tema tão relevante hoje quando precisamente um dos alvos das universidades é a tão almejada “internacionalização”, um processo que demanda o acolhimento de uma língua estrangeira maior – no caso o inglês – para o intercâmbio acadêmico, para a organização e gestão dos cursos, e para comunicar os diversos avanços e contribuições científicas das diversas culturas acadêmicas do mundo, de forma que sejam mais “globalmente compreensíveis”. Nesse sentido, poderíamos afirmar que, à diferença do mundo das ciências da natureza, no qual, segundo Ortiz, o inglês poderia ser considerado *um idioma predominantemente ‘franco’*, uma vez que o seu papel principal é aquele da *informação transmitida, minimizando outras dimensões da vida em sociedade (prestígio, estética, sentimentos etc.)*⁵ (Ortiz, 2004, p. 13-14), não é isso que acontece nas ciências sociais. Na visão de Ortiz (2008), o inglês não poderia constituir uma língua franca, neutra, quando se trata dos estudos sobre a sociedade, uma vez que os conceitos estão altamente imbricados na língua em que foram criados:

Ora, contexto e língua conjugam-se mutuamente. A construção do objeto sociológico faz-se através da língua, empregar este ou aquele idioma não é algo fortuito, mera sutileza de estilo, mas uma dimensão decisiva na formulação final. O discurso das ciências da natureza justifica-se porque consegue reduzir a linguagem, depurá-la de sua ganga sociocultural, algo impensável no que diz respeito à compreensão da sociedade. Neste caso, o inglês não pode funcionar como língua franca, não por uma questão de princípio moral ou de orgulho nacional, mas em virtude da própria natureza do saber construído (Ortiz, 2008, p. 105-106).

A partir desse questionamento, caberia perguntar, o que significa afirmar o uso da língua inglesa como principal veículo de transmissão desejável (e mesmo imposto?) de conhecimento científico e como elemento de status no campo? Que implicações acarretam para o desenvolvimento da pesquisa nas ciências sociais?

Definitivamente, as atuais teorizações, metodologias e métodos da terminologia como área de pesquisa não são suficientes para aprofundar essas questões que aqui estamos apresentando. Ao que parece, um olhar para os estudos antropológicos e etnográficos, campos que não só lidam com vários tipos de processos tradutórios mas estão fundados neles, poderiam ajudar a enriquecer e a transformar a maneira como são articuladas comunicação, terminologia e tradução científica.

⁵ Sobre o posicionamento do sociólogo, chamamos a atenção para a necessidade de questionar a natureza transparente, despolitizada e desterritorializada de qualquer língua (não apenas o inglês) para qualquer tipo de conhecimento, seja ele proveniente de uma ciência denominada exata, pura, social, humana... Todos os discursos, científicos ou não, são de alguma forma sociopoliticamente construídos, sendo esse caráter talvez mais evidente em uns discursos do que em outros.

5. *Cultura e a sua tradução*

Como afirmamos anteriormente, uma das dificuldades ao analisar ou traduzir as palavras do discurso científico das ciências sociais é o desafio de poder contornar essas palavras que são tão comuns no cotidiano mas cujo significado ou definição entram uma perigosa complexidade [caso paradigmático é o da teorização freudiana – Freud construía suas teorias a partir de relatos de casos que pudessem ser compreendidos pelo leitor comum e por seus pacientes – coisa que provocou (e ainda provoca) discussões entre seus tradutores (Consultar para discussão Veras 2009⁶)]. É o caso de *cultura*, uma palavra recorrente nos campos de pesquisas sociais, porém, cuja complexa definição levou a que, por algum tempo, fosse inclusive evitada na escrita e em reflexões no campo da antropologia.

Essa complexidade é revelada de uma forma bastante interessante por Brian Street (1993), quando se refere à performatividade dessa palavra, destacando não o que a cultura *é*, mas o que ela *faz* e como ela é um processo coletivo de criação de sentidos (Street, 1993). Por outro lado, Homi Bhabha, valendo-se do pensamento de Derrida sobre etnicidade, das problematizações freudianas sobre ontologia, e tomando como suporte teórico as reflexões de Geertz (*The Uses of Culture*, 1985), traz o seu próprio questionamento sobre a noção de *cultura*. O autor concorda com Geertz quanto à ideia de que *cultura* não pode ser entendida como um espaço fechado, homogêneo e claramente definível – isto é, *culture as self containedness*, nos termos de Geertz (Bhabha, 1998, p. 34) – e no qual seja perfeitamente possível medir em representações binárias as diferenças entre *nós* e *eles* – uma representação na qual a *estranheza* ou *diferença coerente* estão sempre localizadas na segunda parte da dicotomia, sempre longe de nós. Em vez disso, é preciso *vermos a nós mesmos como qualquer outro, no meio de um mundo cheio de indelévels estranhezas das quais não devemos liberarmos, e cujas margens são sempre não fixadas, irregulares, e difíceis de localizar.* (Geertz, p. 120-121 em Bhabha, 1998, p. 35-36). O lugar da cultura, que Bhabha situa em um terceiro espaço (2004), é um lugar principalmente político, que propõe revelar a natureza incompleta e provisória de nossas *narrações culturais* e abrir novas possibilidades de aproximação à questão da diferença cultural, rejeitando garantias e contestando relações de poder já estabelecidas, nos sistemas de saber, de conhecimento e de nomeação desse conhecimento sobre o mundo, para repensar, por exemplo, conceitos tão comuns como *cultura*, ou qualquer outra classificação ou conceitualização do nosso universo.

No entanto, até hoje *cultura* parece continuar sendo uma palavra que tem se mantido como chave para ‘facilitar’ um acesso ao que o outro tem de diferente de nós, para falar dessa alteridade e dessa estranheza do outro que é sempre o diferente. A complexidade da sua tradução é abordada de uma forma interessante por Ortiz (2008), que em uma análise dessa palavra em várias línguas – diga-se de antemão, todas elas línguas hegemônicas: *Kultur* (al), *cultura* (esp), *cultura* (port), *culture* (ing)– explica as diferentes conotações do que essa palavra pode significar em

⁶ Com a obra Freudiana entrando em domínio público a partir de 2010, há 4 novas traduções da obra no mercado: uma da Imago (que detinha os direitos até então); uma da LP&M, uma da Companhia das Letras e, mais recentemente, uma da Autônoma (UFMG). Sobre as traduções ver Tavares, 2011, 2012.

cada uma dessas línguas, o que nos leva a pensar nessa aparente transparência das palavras e no quão facilmente as traduzimos sem pensar nas possíveis mudanças que isso pode implicar para uma narrativa etnográfica, para a criação/transformação desse conhecimento [volto a lembrar que o texto freudiano *Das Unbehagen in der Kultur*, ainda hoje traz traduções de *Kultur* ora como ‘cultura’ ora como ‘civilização’, mesmo havendo no livro uma advertência de Freud quanto ao uso que ele mesmo autoriza, e que indica a escolha por ‘cultura’]. Uma leitura do “mesmo” texto em outra língua pode nos levar ao encontro com outro conhecimento, com outra ciência, assim como Briggs (2014) nos lembra das suas experiências com a leitura de Freud em alemão, e de como lhe permitiu *encontrar novas maneiras de pensar sobre luto, temporalidade, psicanálise e antropologia* (p. 315).

Porém, a dificuldade de pensar a tradução dessa palavra aumenta se consideramos de que formas ela se traduziria para línguas ‘menores’ ou não hegemônicas; línguas que rara vez ocupam um espaço no debate sobre tradução ou terminologia. Como traduzir *cultura* para povos que simplesmente não se imaginariam vivendo em cultura, ou que não separam o mundo de acordo com essa divisão dicotômica entre natureza e cultura, como é o caso de algumas línguas ameríndias? [divisão já desconstruída por Jacques Derrida em *A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas*].

Essa separação dicotômica – aspecto central na tradição científica ocidental que tem pautado o seu desenvolvimento e a forma em que tem sido entendido o “outro”, assim como as separações dos domínios de conhecimento, suas classificações hierárquicas e que tem sido um fator legitimador na definição do que pode ser considerado “científico” – tem sido amplamente problematizada por outros autores além de Jacques Derrida, dentro das ciências sociais e da filosofia. Marilyn Strathern (1988), Roy Wagner (1981), Bruno Latour (2004, 1993, 2012), Descola (2001), Stengers (2003) convergem na mensagem de que se faz necessário pensar novas orientações que desafiem essa dominante visão dicotômica que não cause o silenciamento do outro, que deixe transluzir outros modelos diferentes aos nossos.

Dentro das pesquisas etnográficas no âmbito do Brasil, uma das posições mais recentes –que retoma a ideia desse abismo não transladável e em cuja base transparecem alguns dos autores acima mencionados– é a de Eduardo Viveiros de Castro. O etnógrafo, ao desenvolver a noção de *equivoco controlado*, pretende destacar a *alteridade referencial entre conceitos homônimos* (2004, p.3) e o modo como a comunicação é algo que acontece necessariamente através de equívocos, quando falamos de nós mesmos e dos outros, a partir de diferentes posições ou perspectivas:

O problema para o perspectivismo indígena não é, portanto, descobrir o referente comum (por exemplo, o planeta Vênus) para duas representações diferentes (por exemplo, a “estrela da manhã” e a “estrela da tarde”). Ao contrário... o perspectivismo supõe uma epistemologia constante e ontologias variáveis, as mesmas representações e outros objetos, um único significado e múltiplos referentes (Viveiros de Castro, 2004, p. 4).

Nesse sentido, e concordando com o autor, também teríamos que reconceitualizar o que significa uma equivocação, deixando de vê-la como algo

negativo na comunicação, ou uma *falha na compreensão*, mas como uma *falha em compreender que a compreensão dos outros não é necessariamente a mesma* (2004, p. 11). O que não significa, como o autor expõe em *Nativo relativo, propor uma interpretação do pensamento ameríndio e sim realizar uma experimentação com ele, e portanto com o nosso* (2002, pp. 123-124).

Se fosse possível fazer uma leitura do equívoco controlado para pensar a terminologia e a tradução, diríamos que essa noção permite chamar a atenção para a importância de destacar essas *disjunções comunicativas (communicative disjunctures)* (2004, p. 7), ou seja, as assimetrias, transformações ou incomensurabilidades inerentes aos processos tradutórios e às comparações e relações que estabelecemos, e que devem desafiar a falsa transparência que se tende a imaginar ao invés de presumir uma univocidade, já que, como afirma o antropólogo, *nós e eles* nunca estamos falando das mesmas coisas (Viveiros de Castro, 2004). Seria um chamado a valorizar essa diferença e a vê-la como um fenômeno inerente aos processos tradutórios e comunicativos em geral, tornando-a uma ferramenta de conhecimento e de ação diante de um abismo que não precisa de ponte. É buscar outra forma que permita ver o direito do outro sobre seu mundo, aquele no qual conceitualizamos a favor de determinado benefício que dele auferimos.

5.1. Quando a “cultura” encontra a cultura

Há discursos benevolentes que afirmam que deixam voz para esse outro falar. Mas isso realmente acontece? *Pode o subalterno falar*, nos termos de Spivak? Como acontece essa fala do outro? Enfim, e talvez o mais importante, essa fala pode ser ouvida em outra pauta que não a do dominador, do soberano, do colonizador?

Conduzo agora minha observação por meio de um exemplo. Trata-se de um ensaio de Manuela Carneiro da Cunha (2009), em que a antropóloga se aproxima do problema da tradução de *cultura*, e de como essa palavra passou a ser usada pelas comunidades Yawanawá como forma de reivindicar seus direitos sobre a terra, seus direitos a existir (nos moldes e esquemas do mundo ocidental). A forma como essas comunidades se apropriam do termo é o que ela chama de “cultura” com aspas, para fazer uma distinção quanto à existência de dois termos, a partir dessa apropriação.

A questão aqui é que cultura era algo que esses povos de alguma outra forma já tinham (ou talvez não, nesse sentido de posse), uma vez que nela viviam. No entanto, eles são obrigados a transformar essa ideia de “cultura”, fazendo dela o argumento político central e legítimo nas reivindicações dos seus direitos, trasladando-se [traduzindo-se] assim para o mundo no qual o que é legitimado e ouvido é o discurso que fala de *direitos de propriedade intelectual, de patrimônios culturais e naturais, de recursos e conhecimentos tradicionais...* enfim, um discurso impregnado de uma *linguagem de direitos dominante* (Cunha 2009).

Ter que operar com essa imposição e ajuste de categorias acaba sendo um processo silenciosamente colonizador, que nega outras formas de conhecer e apaga qualquer possível diferença, o que definitivamente não pode passar despercebido nas teorizações e pesquisas sobre a tradução de conhecimentos sociológicos.

Essa diferença de que estamos falando não se refere aqui ao caráter polissêmico da palavra *cultura* – o fato de que uma palavra pode significar ou isso ou aquilo, como qualquer palavra de qualquer língua. Estamos nos referindo aos perigos de não escutar que há maneiras de entender e formas de conhecimento que nunca aparecem nessa polifonia de vozes. Estamos falando de uma forma plural de entender fenômenos e categorias como *cultura*, como a antropóloga propõe. Entender, por exemplo, que os eventos e ações de uma comunidade (por exemplo, os Wawanawá) e a forma como elas são definidas podem ser observadas por meio das noções de cultura e “cultura”. Como Cunha reflete: *E se houvesse outras formas possíveis de direitos entre pessoas sobre coisas [...] além daquelas que construímos ao longo dos últimos três séculos? [...] E se não houver apenas as possibilidades de sim ou não?* (Cunha, 2010, p.20).

A essas perguntas a antropóloga acrescenta outras que bem poderiam ser discutidas no campo da tradução: *quais são os processos, as questões e as transformações implicadas no ajuste e na tradução da categoria importada de “cultura” por povos periféricos? [...] como se faz a indigenização da “cultura”?* (p. 213). Ademais, a autora deixa claro que tem especial interesse em analisar e tentar entender, mais do que os significados individuais, as relações entre essas categorias em jogo, assim como quais seriam as consequências dos dois sentidos de cultura que se reorganizam através de processos de apropriação (pp. 316-317).

Ao trazer essas colocações para pensar os processos tradutórios, estamos destacando uma irredutibilidade que precisa ser respeitada; uma forma de abrir espaço para a diferença, o direito e a voz do outro sobre seu mundo, aquele que nós criamos e conceitualizamos em favor de uma perspectiva ocidental.

O exemplo apresentado demonstra, em nosso entender, um modo particular de pensar nos processos de *intertextualização* (Bauman e Briggs, 1990) inerentes aos processos de comunicação e a reconhecer a sua complexidade (que iriam muito além da noção fixa de contexto problematizada anteriormente). Ele permite colocar em destaque que os sentidos são de fato negociados (destacados ou apagados de acordo com aquele que detém o domínio do capital) entre os diferentes universos e atores no discurso; sentidos que não só nós construímos, mas que levamos o outro a construir a partir do momento em que cultura tornou-se “cultura” para se encaixar no mundo da autoridade institucional. Consequentemente, pensar de forma crítica essa noção nos leva a, mesmo que por um momento, repensar o nosso senso comum, suspender nossos conceitos e termos, o nosso aparelho conceitual (*performance, competências comunicativas, culturais, multiculturais, linguísticas, natureza, cultura...*) por meio do qual analisamos as sociedades, as suas línguas e estruturas, podendo assim construir uma escuta alerta do outro, aquele que chamamos tão naturalmente de ‘nativo’.

Além da noção de *intertextualização*, e associado a ela, o exemplo mostrado abre espaço para pensar na noção de *comunicabilidade* (Briggs, 2005), definida em relação à forma como as pessoas imaginam a produção, circulação e recepção do discurso (Briggs, 2007, p. 556). Por meio desse conceito é possível trazer à luz os

mecanismos por meio dos quais as práticas discursivas obrigam esse outro menor a entrar nos moldes do diálogo moderno, nas formas de conhecimento consideradas “racionalis”, “lógicas”, levando-o, como diz Latour, a pagar o preço desse deslocamento [no momento, com a própria vida, nos barcos afundados no Mediterrâneo], dessa relação nas hierarquias da comunicação (2005, p. 176).

Queremos ressaltar que não se trata apenas das ferramentas linguísticas usadas, mas dos modos como todo o processo discursivo é ideologicamente construído, manipulado, e como os participantes são obrigados a se colocar em determinada posição no ato de comunicação. Talvez a noção de cartografias comunicáveis (*communicative cartographies*) (Briggs, 2007) permita expressar melhor essa complexidade, uma vez que refletem a espacialidade e a temporalidade das formas de comunicabilidade (p. 556), assim como também deixam ver como essas formas são colocadas no que Bourdieu chamou de *campos sociais, espaços de organização social que produzem funções, posições, agência e relações sociais* (Bourdieu, 1993 em Briggs, 2007, p. 556). Portanto, para ganhar poder comunicativo, conforme destaca Briggs (2005), o outro tem que entrar no jogo do discurso dominante e em suas articulações para serem ouvidos, modificando a sua terminologia e conceitualizações, pois as nossas estruturas discursivas não suportam ou não valorizam aquilo que eles estão tentando defender. Nesse sentido, concordamos quando o autor ressalta a importância de *prestar atenção não só ao onde e ao como as ideologias são produzidas, mas também aos tipos de ideologias que não estão sendo produzidas* (2014, p. 183). Para o autor, prestar atenção a essas ausências:

[A] bre a possibilidade para discutir formas alternativas de apreciação da linguagem (language valuations), formas que permitam conciliar as comunidades nacionais, mas que não precisem negar as diversas e cada vez mais multilíngues realidades que fazem parte do nosso mundo contemporâneo (...).

A menos que transformemos as construções ideológicas de como o conhecimento é produzido, circulado e recebido, rotas de circulação, e como as pessoas se posicionam, será pouco provável que possamos promover formulações alternativas eficazes ou apoiar com sucesso os esforços dos oprimidos e marginalizados para que suas vozes sejam inseridas nos debates públicos (Briggs, 2005, p. 283).

6. Reflexões e propostas finais: pensando em um novo caminho para análise

A tradução e a terminologia das denominadas ciências sociais e humanas e do tipo de conhecimento que nelas se constrói parecem desafiar a tão almejada equivalência sempre esperada no discurso científico; um discurso que tem sempre tentado mascarar a impossibilidade da fidelidade entre línguas.

Poderíamos afirmar que a tradução desse tipo de conhecimento ocupa um espaço *in-between*, um entre-lugar que não pode ser equiparado ao campo de tradução literária ou aos campos das ciências duras e à forma como são analisadas e descritas suas terminologias, seus conceitos. Contudo, mais que lamentar a insegurança desse *entre*, esse lugar incerto deve ser mantido e mais estudado, uma vez que promete abrir novos caminhos para pensar aspectos relacionados às teorias de tradução e de terminologia do denominado conhecimento científico.

Colocamos assim uma proposta que poderia nortear um futuro aprofundamento no tema: uma vez que as ciências sociais e humanas não fazem parte das preocupações e reflexões na Terminologia, pensemos em como a inclusão desses âmbitos científicos nas reflexões sobre linguagem e terminologia, poderiam modificar ou ajudar a repensar as metodologias e métodos de pesquisas dessas áreas, trazendo à tona questões de poder, ideologia e hegemonia na criação e transmissão de conhecimento, enriquecendo assim as teorizações sobre a denominada tradução científica?

Para capturar os elementos dos fenômenos comunicativos e, no caso, nas pesquisas terminológicas e de tradução dos conhecimentos provenientes das ciências sociais e humanas, é fundamental interpretá-los com uma nova ferramenta de análise que não tenha como foco apenas a paisagem linguística, que não encare as línguas apenas como transmissoras de informação ou, como diz Moita Lopes, como *sistemas autônomos, apagando o sujeito social, suas marcas sócio-históricas e ideológicas* (Moita Lopes, 2013, p. 105), uma ferramenta que, como defende Briggs (2014), não aborde o estudo da ideologia da linguagem como um projeto descritivo neutro, mas de uma forma que exija a interrogação reflexiva de nossos próprios compromissos ideológicos. Um olhar para as teorizações etnográficas convoca uma visão diferente e promissora para pensar dessa outra forma os processos tradutórios.

6.1. Línguas menores em tradução: por uma terminologia menor

O discurso das ciências é um discurso que se constrói através da tradução –sem necessariamente ter existido em um início na língua “original”. Nesse sentido, muitas vezes se faz necessário –e até inevitável– que cientistas pesquisadores e todos os envolvidos de alguma forma na comunicação especializada adotem uma língua maior para publicar, deixando as descobertas científicas mais relevantes para revistas internacionais geralmente em língua inglesa, visando maior prestígio e visibilidade –lembrando que publicar nessa língua constitui um requisito crucial para o *ranking* internacional de universidades–, um comportamento que não faz senão perpetuar o controle e o poder de determinadas línguas no plano científico⁷.

Portanto, isso significa que os direitos, os objetos e a ideologia de comunidades com um poder discursivo menor passam por processos tradutórios, o que, de certa forma, também implica atravessar caminhos políticos e ideológicos, nos quais identidades confluem com diferentes epistemologias e enfrentam estruturas de poder que exercem sua influência na construção dos sentidos.

É preciso pensar também que as ferramentas que assistem os processos tradutórios, como dicionários e glossários monolíngues ou bilíngues, refletem – desde a escolha de termos [o próprio termo *ferramenta*] até a sua organização e definição – o nosso universo e os modelos nos quais concebemos o mundo, o mundo da antropologia cultural, das nossas instituições, das realidades institucionais, dos nossos sistemas educativos e de justiça... As vozes diferentes, principalmente aquelas que estão nas margens, são suscetíveis de não serem compreendidas em toda a sua complexidade ou mesmo de forma alguma.

⁷ Ver Hammel 2005 para uma discussão sobre questões de hegemonia linguística no plano científico.

Motivados pelas ideias de Deleuze sobre uma retórica menor e uma literatura menor, parece-nos atraente considerar uma forma de pensar as pesquisas em terminologia que permita incluir outras vozes, que permita ao *subalterno* falar sobre o que é deles, seus conhecimentos e dados científicos – ainda usando os termos maiores, mas aproveitando a ironia de serem menores em uma língua maior, e pensando no que seria possível fazer dentro delas – dando visibilidade a formas de nomeação e epistemologias silenciadas, através das quais seja possível narrar as (nunca) mesmas histórias. É isso que sugere a retórica de Deleuze, uma retórica minoritária, praticada por minorias, pessoas capazes de um *becoming*, de abandonarem o terreno seguro; minorias que, como afirma o filósofo, não existem “prontas” e só se constituem *sobre linhas de fuga que são tanto maneiras de avançar quanto de atacar* (Deleuze, 1998, p. 36).

Essa outra forma de pensar a terminologia pretende que o foco não seja necessariamente ir ao encontro do outro com os colares e miçangas destinados a fasciná-los, com equivalentes sugeridos e finalmente impostos em nossos termos, que não necessariamente construa pontes entre línguas, mas que permita mostrar as diferentes redes que configuram os sistemas de conhecimento e suas diferenças, que possibilite reivindicar conhecimentos mais locais e os mecanismos através dos quais são pautadas hierarquizações. Dessa forma, poderíamos nos predispor a nos deixar assombrar pela perspectiva desse outro, abrindo assim um espaço para possíveis transformações da nossa perspectiva sobre o mundo, do conhecimento que produzimos e da tradução que fazemos do outro.

É preciso que a Terminologia preste atenção e fique à escuta dessa outra voz silenciada que subjaz ao discurso. Nos termos de Foucault em *A Arqueologia do Saber* (1969), estaríamos aqui querendo pôr em relevo a importância que tem um “já-dito”, no qual todo discurso está secretamente baseado de antemão, e que como ele bem explicita, não se traduz simplesmente em uma frase anteriormente pronunciada, ou um texto anteriormente escrito, mas em um “*jamais-dito*”, isso é *um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro*, um discurso que se encontra sempre articulado em um “*meio-silêncio*”, um quase-dito ou um não-dito que abale desde dentro tudo que se diz (p.28), por meio de um uso menor de uma língua maior ⁸.

Uma Terminologia que nos faça examinar outras histórias, que nos leve ao encontro daquelas heterotopias de Foucault, as que inquietam por minarem a linguagem, por emaranharem os nomes e arruinarem as sintaxes, não aquelas que organizam as frases mas as que mantêm juntas as palavras e as coisas (2005). Só

⁸ Também não estamos querendo defender aqui a tão explorada dicotomia *estrangeirização* versus *domesticação* proposta por Laurence Venuti dos estudos da tradução, pois pensamos que seria minimizar demasiado a ideia de querer defender um discurso estrangeirizante –um conceito que merece problematização, pois acreditamos que vá além de apenas inserir termos ‘estrangeiros’ para deixar marcas visíveis do outro no discurso. Para uma problematização dessa dicotomia, recomenda-se a leitura das análises feitas pelo literato e tradutor Sean Cotter em: *Literary Translation and the Idea of a Minor Romania*. University of Rochester Press, 2014.

The Translator’s Humiliation: The Confused Theory of Lawrence Venuti and the Subtle Practice of Lucian Blaga. East/West Cultural Passage, Sibiu, 2002: 17-27.

assim, abrindo passo ao que tomamos por incongruente e dissonante, seria possível dar cabimento às histórias em declive, às histórias improváveis, àqueles nas margens, aos que não estão.

6.2. Tradução como *traductio* e *traslatio*

Para pensar os processos tradutórios da forma que estamos propondo, é essencial afastarmos a ideia de tradução conforme vista pela terminologia ou por aqueles que de alguma forma estão vinculados aos processos de tradução de conhecimento científico, ou seja, tradução como *matching* de termos ou equivalências, ou tradução como *translatio*, segundo a análise feita por Alexis Nouss (2012). O autor descreve *translatio* como sendo um *processo passivo, realizado em num nível geral e coletivo*, e geralmente compreendido *como um efeito* (p.17). Pensar a tradução nesses moldes significa acreditar que o estabelecimento de equivalências levaria ao bom entendimento e à eficiente comunicação intercultural.

Todavia, a forma como geralmente é pensado esse ideal de comunicação intercultural está atrelado ao desenvolvimento de projetos tradutórios cada vez mais vinculados à máquina (tradução assistida por computadores), sendo esses projetos os que de fato recebem o maior apoio financeiro. É o caso dos projetos de tradução da União Europeia, conforme lembra a filósofa Barbara Cassin (2009). A própria autora alerta sobre como essa maneira de pensar a tradução e a equivalência leva implícita uma ideia de comunicação universal, e que podemos perceber a partir do momento em que é utilizada uma língua que age como *denominador comum* ou *pivot-language*, no caso o inglês, e pela qual passariam todas as demais línguas ao serem traduzidas. Trata-se de uma forma de agir que ratifica a tradição filosófica, desde Aristóteles e a sua concepção de homonímia como mal da língua, até Leibniz, e seu projeto de língua universal baseada no cálculo (lógica) (Cassin, 2009, p.7-8). Diante desse panorama, propomos ampliar o escopo de análise de forma que não se reduza apenas a questões linguísticas e técnicas, e sim que se concentre principalmente naquilo que mais tem deixado de lado: a sua intraduzibilidade, conforme entendida pela própria filósofa, isto é, uma forma de ver a linguagem e a comunicação que leve em consideração com mais compromisso a *distorção que faz a história e a geografia das línguas e das culturas*, [...] *que explicita os principais sintomas de diferenças das línguas* (Cassin, 2004, p.28).

O exemplo trazido da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha é um dos muitos em que um mundo deve claramente ser ajustado aos termos e requerimentos do modelo dominante, de forma a ser reconhecido em uma lógica particular, correndo o risco de que essa diferença seja normalizada. Portanto, em um movimento que visa liberar a ideia de tradução científica do seu entendimento como tendo lugar entre línguas isoladas, como transporte de significados contidos em culturas e entre culturas, e paradigmas de uma forma linear, pensemos na necessidade de acolher uma mudança na forma de pensar essa tradução: uma maneira que enxergue além dos significados individuais, principalmente ao se tratar de tradução de conhecimentos das ciências sociais e humanas, e que ajude a repensar a maneira como entendemos os processos de tradução de conhecimentos científicos sobre as sociedades,... pessoas, nações, histórias, nós mesmos..., processos que constituem

exercícios políticos, em que as identidades confluem com diferentes epistemologias, e nos quais o poder é exercido de muitas formas.

Nesse sentido, e sem querer substituir ou eliminar a ideia de *translatio*, como o próprio Nuss esclarece, é necessário integrar a noção de *traductio*, uma vez que ela nos permite fazer uma leitura mais crítica dos processos tradutórios, uma leitura que promova o movimento, que suspeite das escolhas e das equivalências, do transporte e dessa ponte segura, que esteja ciente das capacidades criadoras da linguagem e que abra espaço para o que por um momento pensamos que não tem cabimento e que a terminologia normalmente tenta não tocar, e que uma máquina não pode fazer. Só assim é possível destacar o papel ativo do tradutor, isto é, a tradução vista como não envolvendo sujeitos passivos que *trasladam* o conhecimento de uma língua para outra, pois *há uma responsabilidade individual que recai sobre uma operação singular* (2012, p.17). Enfim, uma negociação entre essas duas noções (*traductio* e *translatio*) parece um caminho mais realista para entender e pesquisar os processos tradutórios em toda a sua complexidade e para colocar em evidência as assimetrias e o sempre presente exercício de dominação.

Esse olhar mais crítico levaria a pôr em perspectiva muitos dos nossos conceitos e a ampliar o nosso horizonte além dos significados referenciais e da língua pela língua, abrindo possibilidades de acesso a interpretações assimétricas, não compartilhadas e que para nós permanecem estranhas. Como diz Latour, *paradoxalmente devemos tomar como a nossa fundação todas as incertezas, hesitações, deslocamentos e o que nos intriga* (2005, p. 47) *ao invés de decidir de antemão qual deveria ser a mobília do mundo* (p. 115).

Principalmente não devemos esquecer que os processos tradutórios dos discursos científicos são também, e principalmente, mecanismos institucionais e de autoridade, sempre estruturados ou guiados por relações de poder. Alguns desses discursos se autodenominam defensores dos direitos e dos conhecimentos daqueles que estão nas margens. Porém, é preciso olhar criticamente a construção desses discursos e ver se eles realmente permitem ouvir a complexidade que esses outros sujeitos já carregam consigo, e os mecanismos de tradução que estão sendo usados para mostrar o respeito a essa diferença, pois, de outro modo, acabam se tornando discursos iguais ou mais perigosamente violentos.

7. Bibliografia

- Barbosa, M. A. (2006). Para uma etno-terminologia: recortes epistemológicos. *Cienc. Cult*, 58 (2), 48-51. Disponível em:
<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n2/a18v58n2.pdf>
- _____. (2009). Cultura popular amazônica em etno-terminologia. Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC - Manaus, AM. Disponível em:
http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/simposios/SI_MariaBarbosa.pdf
- Bauman, R. & Briggs, C. (1990). Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life. *Annual Review of Anthropology*, 19, 59-88.
- Bhabha, H. K. (1998). On the Irremovable Strangeness of Being Different. Four Views of Ethnicity. *PMLA*, 113 (1), 34-39.
- _____. (2004). *The Location of Culture*. London, England. Routledge Classics.
- Briggs, C. (2005). Communicability, Racial Discourse, and Disease. *Annual Review of Anthropology*, 34, 269-291.
- _____. (2014). Dear Dr. Freud. *Cultural Anthropology*, 29 (2), 312-343.
- _____. (2007). Anthropology, Interviewing, and Communicability in Contemporary Society. *Current Anthropology*. 48 (4), 551-580.
- Cabré, M. T. (1999). *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: IULA.
- _____. (2006). Elements for a theory of terminology: Towards an alternative paradigm. *International Journal of Theoretical and Applied issues in Specialized Communication*. 6 (1), 35-57.
- _____. (1992). *Terminology: Theory, Methods, and Applications*. Barcelona: John Benjamins Publishing Company.
- _____. (2005). La Terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro. *Debate Terminológico*. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/riterm/article/view/21286/12263>.
- _____. (2015). Les llengües i els neologismes. *El Butlletí de l'IEC* 194. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.
- _____. (2014). La lexicografía catalana actual: tradición y modernidad. En: *Lexicografía de las lenguas románicas: aproximaciones a la lexicografía moderna y contrastiva*. 2. Berlin: Walter de Gruyter, 81-94.
- Carneiro da Cunha, M. (2009). *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.
- _____. (2010). *Direitos intelectuais indígenas, "cultura" e cultura. Uma perereca e outras histórias*.
- Cassin, B. (2009). Untranslatables and their Translations A Logbook. *Transeuropeennes. Revue internationale de pensée critique*. Disponível em:
http://www.transeuropeennes.eu/en/articles/voir_pdf/83
- _____. (org.). (2004). *Vocabulaire européen des philosophies – dictionnaire des intraduisibles*. Paris : Éditions du Seuil.
- Costa, N. M. P. & Gomes, D. M. (2011). (Etno)terminologia na (etno)medicina Mundurukú. *Anais do VII Congresso Internacional da Abralin*, 3412-3423. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/artigo%3Acosta-2011/costa_2011_etnomedicina.pdf

- _____. (2013). A etnoterminologia da língua Mundurukú (Tupí) e as contribuições da Ecolinguística. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. 14 (1), 252-274. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9176>
- Deleuze, G. e Parnet, C. (1998). *Diálogos II*. São Paulo, Brasil. Escuta. (Trad). Eloisa Araújo Ribeiro.
- Derrida, J. (1971). A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. Em: *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 229-249.
- Descola, P. (2005). Más allá de la naturaleza y la cultura. *Etnografías Contemporáneas*. 1 (1), 75-96.
- Esteves, L.; Aubert, F. (2008). Shakespeare in the bush – história e tradução. *Tradução & Comunicação*. 17, 135-159.
- Freud, S. (1930-1936). *O mal-estar na civilização e outros textos - Obras completas*. 18. Companhia das letras.
- Gaudin, F. (1993). *Pour une socioterminologie*. Rouen : Publications Université de Rouen.
- Gomes, D. & Borges T. (2014). Equivalência e definição no Dicionário Bilingue Português-Mundurukú da área do Magistério: contribuindo para a epistemologia terminológica e terminográfica. *Tradterm*. 24, 339-364.
- Johansson, A. (2013). *The Social Politics of Research Collaboration*. London: Routledge, 98-114.
- Krieger, M. da G; Finatto, M. J. B. (2004) *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto.
- Latour, B. (2004). Why has critique run out of steam? from matters of fact to matters of concern', *Critical Enquiry*. Vol. 30(2), pp. 25-248. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/89-CRITICAL-INQUIRY-GB.pdf>
- _____. (1993). *We Have Never Been Modern*. London: Prentice Hall. Disponível em: http://www.colorado.edu/geography/class_homepages/geog_6402_f10/Latour%20modern%201-2.pdf
- _____. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Nouss, A. (2012). A tradução: no limiar. *Alea estudos neolatinos*. Rio de Janeiro: Letras.
- Ortiz, R. (2008). *A Diversidade dos Sotaques: o Inglês e as Ciências Sociais*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2004). As ciências sociais e o inglês. *Rev. bras. Ci. Soc.* 19 (54).
- Spivak, G. (1988). Can the Subaltern Speak?. Em *Marxism and the Interpretation of Culture*. (Ed). C. Nelson and L. Grossberg. Basingstronke: MacMillan Education.
- Steiner, G. (2005). *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Curitiba: Editora UFPR. Tradução de Carlos Alberto Faraco.
- Stengers, I. (2003). *Cosmopolitiques II*. Paris : Éditions La Découvert.
- Strathern, M. (1980). *Nature, Culture and Gender*. London: Cambridge University Press.
- Street, B. (1993). Culture is a Verb: Anthropological aspects of language and cultural process. *Language and Culture: Papers from the Annual Meeting of the British*, 23-43.

- Stupiello, E. N. De A., Talhaferro, L. C. Dos S. (2015). As partes e o todo: possíveis efeitos dos sistemas de memórias de tradução na produção do tradutor em formação. *TradTerm*. 25, 13-37.
- _____. (2012). Tecnologias de tradução: implicações éticas para a prática tradutória. *TradTerm*. 19, 71-91. Disponível em: <http://tradterm.vitis.uspnet.usp.br>.
- Tavares, P. H. (2011). As 'derivadas' de um conceito em suas traduções: o caso do Trieb freudiano. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. 50, 379-392.
- Tavares, P. H. (2012). As novas traduções de Freud feitas diretamente do alemão: estilo e terminologia. *Tradterm*. 19, 109-126.
- Temmerman, R. (2000). *Towards New Ways of Terminology Description. The sociocognitive approach*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- _____. (2014). *Dynamics and Terminology: An interdisciplinary perspective on monolingual and multilingual culture-bound communication*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Veras, V. (2009). A tradução e sua relação com o inconsciente: transmitir a psicanálise. *Tradução em Revista*. 7, 01-12.
- Viveiros de Castro. (2002). O Nativo Relativo. *Mana*. 8 (1), 113-148.
- _____. (2004). Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*. Vol. 2 (1), pp. 3-22. Disponível em: <http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss01/1>.
- Wagner, R. (1981). *The Invention of Culture*. Chicago: University of Chicago Press.